



GT 22. Cartografia Social, Megaempreendimentos, Conflitos Sociais e Povos e Comunidades Tradicionais

Coordenador(es):

Alfredo Wagner Berno de Almeida (UEA - Universidade do Estado do Amazonas)

Patrícia Maria Portela Nunes (UEMA - Universidade Estadual do Maranhão)

O objetivo do G.T consiste em analisar a relação entre a implantação de megaprojetos de mineração, infraestrutura e logística e seus efeitos socioambientais a partir do mapeamento das estratégias globalizadas de desenvolvimento executadas na Amazônia e no Cerrado, com base na representação dos próprios povos e comunidades atingidos. Um elemento comum dos projetos que investem na mineração refere-se à concentração fundiária sob o domínio de grupos de interesse vinculados aos agronegócios e à extração mineral e de gás e petróleo. Os efeitos mais pertinentes concernem ao modo como o aquecimento do mercado de terras e a respectiva tendência ascensional dos atos de compra e venda, juntamente com o aumento da grilagem, tem inviabilizado a reprodução física e cultural destes povos e comunidades, desestruturando radicalmente a vida social e as modalidades de uso comum dos recursos básicos. Em termos jurídicos tem-se a usurpação das terras tradicionalmente ocupadas e por extensão das chamadas “terras comunitárias”. Tal fato pode ser observado tanto na Amazônia, quanto no Cerrado e em outras regiões do País, com a destinação de grandes extensões de terras para a monocultura (soja, algodão, eucalipto, cana-de-açúcar), pecuária extensiva, extração mineral e obras de infraestrutura ou de escoamento da produção (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, oleodutos, gasodutos, hidrelétricas e parques eólicos).

As violências das práticas empresariais: mineração, danos ambientais e conflitos no Vale do Zambeze, Moçambique.

Autoria: Albino José Eusébio (IPPUR-UFRJ)

A presente proposta de comunicação oral se enquadra num conjunto de reflexões sobre os efeitos sociais do projeto de exploração de carvão mineral operado pela multinacional brasileira Vale em Moçambique nas populações compulsoriamente deslocadas e outras populações locais atingidas (cf. Eusébio, 2016; Eusébio; Magalhães, 2017; 2018). A implantação do projeto da Vale no distrito de Moatize não só, marca uma nova dinâmica desenvolvimentista na região do Vale do Zambeze caracterizada pela exploração intensiva e exportação de commodities, como também, transformou a região num campo de violências e conflitos socioambientais. Ao longo da análise busca-se compreender como esses conflitos se configuram, dando primazia as causas, discursos e ações dos atores envolvidos. Os dados que embasam a análise são frutos de pesquisas de campo realizadas no primeiro semestre de 2016 e no segundo semestre de 2017 sobre as práticas adotadas pela empresa para o controle do território e a realidade atual da vida cotidiana das diversas populações atingidas. A análise é teoricamente inspirada nos debates socioantropológicos sobre megaempreendimentos na Amazônia brasileira e no Brasil de modo geral (cf. Marin, 2010; Sant’Ana Júnior; Alves, 2018; Zhouri, et al, 2016, Castro, Alonso; Nascimento, 2016). Ao longo da discussão é também estabelecido um diálogo com as abordagens críticas de Walter Mignolo (2003) e Arturo Escobar (2005a; 2005b) sobre a modernidade e o desenvolvimento.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: